



Assembleia Municipal de Vila Real

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL

Sessão da 15/4/2019

Deliberação Trma. anexo. n.º 1

ATA NÚMERO DOZE

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DE

25 DE ABRIL 2019

----- No dia vinte e cinco de Abril de dois mil e dezanove, na Escola Profissional da Nervir em Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Clemente Matos (PSD), Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos (PSD), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), José Joaquim Abraão (PS), Eurico Vasco Ferreira Amorim (PSD), Zita Maria Lameirão Pires (PS), Martina da Conceição Doutel Correia (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Tiago José Rodrigues Monteiro (PS), Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues (PSD), Fernando Manuel Silveira Lopes (PS), José Monteiro dos Santos (PS), Abílio de Mesquita Araújo Guedes (PSD), Sónia Isabel Esteves Cruz (PS), Patrique José Luís Alves (CDS-PP), Octávio Martins Salgueiro (PS), Fernando António Pádua Correia de Azevedo (PSD), João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS), Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), Cristina Teixeira Peixoto (PSD), Cristiano da Silva Pereira Moreira (PS), Almiro Amaro Pereira Campos (PS), Isabel Cristina Batista Morais (PSD), Luís Filipe Borges Brigas (PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (PS), Jorge Manuel do Souto Alves (PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Mais e Melhor), José Armando Ribeiro de Sousa (PS), Jorge Luís Jorge Maio (PS), Francisco José Moreiras Nogueira (PS), Manuel Adolfo Salgueiro Libório (PS), Paulo Alexandre Portela Correia (PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Sentir), Hélder Albertino Carneiro Afonso (PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Amar Lordelo), Artur Ribeiro de Carvalho (PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (PS), Francisco José Ferreira da Rocha (PS), Manuel Agostinho Claro Pimenta (PSD), Maria Adília Barrias Clemente (PSD), José Maria Aires da Costa (PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (PS). -----

---- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

---- Isabel Maria Clemente Matos (PSD), Deputada em substituição, face à ausência justificada do Deputado efetivo Luís Manuel Morais Leite Ramos (PSD). -----

--- Martina da Conceição Doutel Correia (PS), Deputada em substituição, face à ausência justificada do Deputado efetivo Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS). -----

---- Isabel Cristina Batista Morais (PSD), Deputada em substituição, face à ausência justificada de Deputado efetivo, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva (PSD). -----

---- Manuel João Musqueira Pombal (PSD), não se fez substituir. -----

---- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

---- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos e pelos Senhores Vereadores do PS: Adriano António Pinto de Sousa, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida, José Maria Guedes Correia de Magalhães, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, Nuno Miguel Félix Pinto Augusto. -----

--- Paulo Azevedo (Vereador em substituição), não esteve presente. -----

Do PSD estiveram presentes os Senhores Vereadores: António Batista de Carvalho, Manuel Carlos Trindade Moreira. -----

----- **Hora de abertura:** Às dez horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Extraordinária. -----

ORDEM DO DIA

Ponto Único – Sessão Solene Comemorativa do 45º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR):-** No uso da palavra, disse: Minhas Amigas e Meus Amigos, vamos dar início a esta Sessão Comemorativa do quadragésimo quinto Aniversário sobre a Revolução do vinte e cinco de abril de setenta e quatro. -----

---- E assim, também numa perspetiva de mudança, fizemos uma alteração à distribuição dos lugares habitualmente utilizados pelos nossos estimados e prestigiados da Assembleia Municipal para recebermos com todo o gosto, com todo o orgulho pelos nossos convidados por aquilo que são, por aquilo que fizeram e principalmente por aquilo que representam. --

---- Bem-vindos a todos a esta Assembleia Municipal. -----

---- Iria agora chamar um conjunto de elementos muito especiais para darem início com um momento muito solene desta nossa Assembleia. Muito obrigado pela atenção dispensada.

---- Seguiu-se o cantar acompanhado do instrumento musical, viola, da música “Vila Real, oh que linda és”. -----

---- Muito obrigado por este momento tão agradável. -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Destinto Executivo e respetiva Vereação da Câmara Municipal,

Em nome da Mesa da Assembleia Municipal a que presido, cumpre-me, agora, abrir os trabalhos desta Sessão Extraordinária Comemorativa do quadragésimo quinto Aniversário do vinte e cinco de Abril de mil e novecentos e setenta e quatro, e em meu nome pessoal, assim como da Mesa da Assembleia, saúdo V. Exas. que se dignaram assistir a esta Sessão Solene.

Meu querido Amigo, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e ilustre Vereação, na tua pessoa cumprimento todo o Executivo do Município,

Exma(o)s Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Magnífico Reitor da UTAD,

Exma. Senhora Administradora da UTAD,

Exmo. Senhor Juiz Presidente da Comarca de Vila Real,

Exmas Autoridades Cíveis e Militares,

Exmo. Senhor Presidente da Escola Profissional da Nervir,

Amigos Bombeiros da Cruz Branca e da Cruz Verde,

Exmos Senhores ex-presidentes da Assembleia Municipal,

Exma(o)s Senhores Representantes das Instituições com respostas na área da Deficiência e Inclusão,



Senhoras e Senhores da Comunicação Social

A todos as Senhoras e Senhores Convidados,

Aproveito aqui para dar uma Saudação muito Especial à Direção da Escola Profissional da Nervir, na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Eng. Luís Tão, pela cedência do espaço para a realização desta Sessão Solene.

E na pessoa do Senhor prof. Carlos Almeida um agradecimento também muito especial pelo empenho e dedicação que demonstrou para que este evento estivesse na perfeição para nos receber, desta forma tão grandiosa. Muito obrigado, muito obrigado, sinceramente.

Ao “Jovem autarca 2018” vencedor do programa do Município de Vila Real, um grande abraço para ti, Bruno Espirito Santo. Uma salva de palmas também para ele.

A todas crianças que compõem a Assembleia Municipal Infantil, um grande abraço.

À UTADTV que nos tem vindo acompanhar nestes últimos anos e a todos os técnicos da Câmara Municipal de Vila Real que também sem o seu contributo este evento não seria possível, muito obrigado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Para iniciarmos estas comemorações, vou ter a honra de convidar, para usar da palavra, um convidado também ele muito especial, a condizer com um dia também tão especial,

*Eu chamava então, **Márcio Martins,***

Márcio Martins que girou à sua volta todo o desenvolvimento da construção deste evento neste dia.

Márcio Martins é um adulto, jovem, de trinta e cinco anos de idade, é solteiro, é natural de Amarante e vive em Vila Real há mais de uma década. É tetraplégico, com noventa por cento de incapacidade, licenciado em Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade Humanas e mestre em Engenharia Informática pela UTAD.

Integrou os Órgãos Sociais do NAERA - Núcleo de Alunos de Engenharia da Reabilitação e Acessibilidade Humanas na UTAD como Vice-Presidente da Direção, da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) de Amarante como membro da Direção, da Associação Académica da UTAD como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Vice-Presidente da Direção, onde foi o mentor e coordenador do primeiro Gabinete de Inclusão Social numa Académica a nível Nacional. Foi ainda membro do Conselho Académico da UTAD e do Conselho Pedagógico e da Comissão Permanente do Conselho Pedagógico da Escola de Ciências e Tecnologia da UTAD.

Venceu o Prémio Boas Práticas | Associativismo Estudantil do IPDJ com o Gabinete de Inclusão Social da Associação Académica da UTAD; venceu o Segundo Prémio como maker no Tikkun Olam Makers - TOM Porto no âmbito das Jornadas da SUPERA; ganhou o Prémio AAUTAD Capacitar da Associação Académica da UTAD e foi distinguido com o Diploma de Mérito Inclusão Social da UTAD.

Atualmente, para além de frequentar o Doutoramento em Informática na UTAD é membro da Direção da SUPERA - Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação, Tecnologias de Apoio e Acessibilidade, é Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos

Antigos Estudantes da UTAD, Consultor da APC de Vila Real, Embaixador da Zona Norte da Associação Salvador e Vice-Presidente da Direção da A2I - Associação para a Inclusão e Independência das Pessoas com Deficiência. É ainda colaborador dos Serviços de Informática e Comunicações e do CERTIC - Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade, da UTAD, assim como investigador na UTAD e INESC TEC - tendo apresentado e publicado vários pósteres e artigos científicos em conferências e revistas internacionais.

Márcio muito obrigado por tudo, muito obrigado pelo teu contributo maravilhoso, muito obrigado também pela tua classe, pela tua lição de vida, sinto-me orgulhoso por te ter como amigo, muito obrigado Márcio, uma salva de palmas.

----- MÁRCIO MARTINS (PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONVIDADA): - No uso da palavra, disse:
“Muito bom dia a todas e a todos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor João Gaspar, permita-me que na sua pessoa e na do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Engenheiro Rui Santos replicar os seus cumprimentos.

Caríssimos Amigos,

Demais convidados,

Caros presentes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma palavra para os presidentes, representantes e clientes de Associações ligadas à área da inclusão na deficiência, assim como para as pessoas com deficiência aqui presentes, que de uma forma ou de outra lutam ou contribuem para uma Sociedade mais Inclusiva, a estes os meus cumprimentos e as minhas saudações.

Aos jovens presentes, um cumprimento especial, acredito em vocês e nos valores que têm adquirido, não tenho dúvidas de que estão e estarão melhor preparados e motivados para tornar o mundo um lugar mais inclusivo. Muitas vezes, vocês são já um excelente exemplo do saber incluir.

Permitam-me começar por agradecer à Assembleia Municipal, em particular ao Dr. João Gaspar, pelo convite e pela elevadíssima honra de participar nesta Assembleia Municipal. Congratulo a mesma por aliar a temática da Inclusão às comemorações do 25 de abril e a esta sessão solene; com certeza, uma bela forma de juntar dois conceitos por si só já tão interligados: a liberdade e a inclusão.

Quando nasci já se havia escrito o 25 abril de 1974, já o povo se tinha feito revolucionário e conquistado a liberdade há mais de uma década. E foi com liberdade que cresci, pelo menos até aos meus 16 anos de idade; altura em que acabaria por ficar tetraplégico.

Foi no Rio Tâmega em Amarante que, ao mergulhar de um baloiço pendurado numa árvore, compreendi da pior maneira que em boa verdade o povo Português ainda não tinha conquistado a liberdade, pelo menos para todos. Tal como eu perceberam-no também várias pessoas com quem já me cruzei e vou cruzando, inclusive algumas que em 1974 acabariam por ficar com limitações severas resultantes da luta por um Portugal mais livre e democrático.



Percebi que para algumas pessoas, as quais estão de alguma forma condicionadas, a liberdade continua a ser demasiado limitada. E que a limitação da liberdade é uma barreira medonha capaz de privar essas mesmas pessoas dos seus objetivos e sonhos:

- pessoas que não conseguem usufruir de produtos e serviços por falta de condições de acessibilidade;*
- pessoas que estão dependentes da família e dos amigos para praticamente tudo aquilo que envolve o seu dia-a-dia;*
- pessoas que vivem em casas e prédios sem acessos acessíveis à rua;*
- pessoas que mesmo podendo sair de casa não conseguem circular e usufruir de boa parte do espaço público ou ter acesso à maioria dos edifícios e estabelecimentos comerciais - devido às barreiras arquitetónicas, do mobiliário urbano mal distribuído e à muita falta de civismo;*
- pessoas que vivem institucionalizados - por vezes longe de casa, da família e dos amigos;*
- pessoas que apanham menos banhos de sol do que muitos dos criminosos presos em estabelecimentos prisionais;*
- pessoas que têm imensa dificuldade em frequentar o ensino - principalmente o superior - ou serem inseridos no mercado de trabalho;*
- pessoas que vivem com limitações inúmeras, incluindo económicas, fruto dos gastos acrescidos que têm e à falta de oportunidades e apoios com que diariamente convivem.*

Posto isto, não tenham qualquer dúvida de que a liberdade é do mais precioso que existe na nossa Sociedade, devendo ser imensamente valorizada, até porque não tem sido para todos. Se prestarem atenção ao que o Dr. João Gaspar referiu na minha nota biográfica, ou a muitas outras conquistas, é normal as pessoas tirarem a ilação de que Se uma Pessoa com deficiência não baixar os braços, lutar, procurar atingir os seus objetivos e sonhos, for extremamente resiliente e focada, consegue praticamente tudo como qualquer outra Pessoa. Talvez por isso sejam muitas aquelas que me dizem com alguma regularidade que sou um vencedor, um exemplo a seguir, uma força da natureza, um ser humano fantástico e inspirador, entre outros elogios.

Permitam-me realçar que me valorizo enquanto Pessoa, assim como valorizo tudo o que já alcancei, mas tais pensamentos e elogios, por vezes, não poderiam estar mais errados; pela forma que são pensados antes de serem ditos. De qualquer das formas, tais palavras deixam-me feliz e motivado - pelo carinho e reconhecimento, mas principalmente pelo que representam para mim, para a minha família e para os amigos mais chegados.

Na verdade, para além de uma Pessoa com deficiência, talvez eu seja parvo, irresponsável e egoísta, visto que para eu viver e atingir parte dos objetivos referidos:

- a minha família e amigos tiveram muitas vezes de abdicar das suas próprias vidas para eu continuar o meu caminho, sonhando;*
- a minha mãe teve momentos de preocupação intensos e constantes, continua tê-los;*
- a nível de saúde tive alguns percalços, alguns períodos de tempo a este nível bastante negros e continuo a pagar tal fatura;*

- a minha vida social e momentos de lazer por vezes diminuíram bastante, estando também limitados pela liberdade de outros.

Tudo isto, e muito mais, fruto da minha resiliência e sociabilidade mas também do meu, repito, egoísmo e irresponsabilidade. Não deveria ter sido necessário, tanto eu como os meus, passarmos por muitas das dificuldades e sacrifícios com que nos deparamos. Tivemos de passar momentos por vezes desumanos para que eu pudesse trilhar e alcançar o percurso referido na nota biográfica.

Todos têm de fazer esforços, todos têm de se superar para serem melhores pessoal e profissionalmente. Eu, nós, não somos exceção, não podemos é todos os dias tentarmos ser melhores, todos os dias nos superarmos para apenas atingirmos o patamar da normalidade; para apenas sermos pessoas normais com os mesmos direitos, oportunidades e regalias que todas as pessoas ditas normais têm.

Muito do meu percurso, conquistas alcançadas e momentos felizes, foram vividos após eu ingressar na UTAD e começar a viver em Vila Real. Para mim, a UTAD foi um verdadeiro Jardim de Oportunidades e a Cidade de Vila Real o Reino Maravilhoso, com as características que eu precisava, ou pelo menos parte delas.

Sinto-me bem aqui, com mais ou menos dificuldades, sempre me senti, muito graças à simpatia, ao espírito acolhedor e solidário dos Vila-realenses. É tão mais fácil uma pessoa adaptar-se quando diversas pessoas e entidades fazem um esforço para se adaptarem a essa pessoa. Permitam-me que aproveite o momento para agradecer mais uma vez toda a disponibilidade e apoio da UTAD, dos SASUTAD e principalmente da APCVR, assim como do ser humano fantástico que tive o prazer de conhecer e poder contar ainda antes de viver em Vila Real: à minha cara amiga Isabel Teixeira. Um grande e sentido obrigado.

Quando ingressei na UTAD, na Cidade de Vila Real o pouco que se falava sobre inclusão e acessibilidade era graças a alguns serviços e investigadores da UTAD, ao curso de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade Humanas (pioneiro a nível Europeu), às atividades desenvolvidas pelos alunos do Núcleo de Estudantes deste curso e ao trabalho desenvolvido por uma ou outra Associação. Nesta Cidade, por exemplo, lembro-me de sair em cadeira de rodas elétrica da residência universitária Além Rio acompanhado pela minha ex-namorada para irmos jantar e ao cinema e apenas conseguir ir pelo passeio da residência universitária até à passadeira junto à MCoutinho; eram cerca de 100 m de percurso em segurança, o restante percurso - como em quase toda a cidade - tinha de o fazer pela estrada, colocando em risco a vida dos automobilistas e principalmente a minha.

Nos últimos tempos, em Portugal, têm aumentado as iniciativas sobre inclusão para Pessoas com deficiência. O futuro, creio eu, continuará a trazer melhores condições para estas pessoas e a um ritmo mais célere do que aquele a que estamos habituados. Para a existência de tal esperança nesta matéria tem contribuído a sensibilidade especial da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, a Dr.ª Ana Sofia Antunes - que é cega, e o Deputado e Arquiteto Jorge Falcato, que tanto tem feito e tão bem tem representado as pessoas com deficiência; demonstrando a importância de pessoas com deficiência em órgãos decisores e do poder.



A nível local, mais concretamente em Vila real, algumas iniciativas a nível da inclusão já vieram trazer alguma liberdade àqueles que por alguma razão, a viram ser retirada.

Desde que ingressei na UTAD, sentem-se alterações na Cidade a nível da Inclusão, cada vez mais. Pegando no exemplo anterior, atualmente consigo ir pelo passeio e passadeiras, em segurança, da residência universitária até à rotunda da bancada das antigas boxes ou, no sentido oposto, da residência universitária Além Rio até à Taberna do Estudante. Os cerca de 100 m transformaram-se em cerca de 2500 m. Espero que a requalificação da zona envolvente à antiga estação de caminhos de ferro de Vila Real seja contemplada com características de acessibilidade e aumente assim esta distância para o dobro ou triplo num curto espaço de tempo.

Não se tratam apenas de números e distâncias, trata-se de eu e muitos outros Márcios conseguirmos ir acompanhados ou sozinhos - em segurança - às compras, passear no Parque Corgo, ir a uma consulta ao novo Hospital da Luz, tomar a medicação com um fino numa esplanada da Praça do Município, ir a uma reunião à Câmara Municipal - aproveitando a recente rampa (sendo provisória) existente que permite o acesso facilitado à mesma ou mesmo ir comer um covilhete ou uma Francesinha.

Acredito que esta e outras intervenções e iniciativas ao nível da inclusão se devem, direta ou indiretamente, a vários fatores:

- ao conhecimento existente e que se adquire na UTAD, e graças também à AAUTAD, por em certos momentos trazerem debates e discussões importantes, sobre esta temática, para a ordem do dia; alertando, sensibilizando, consciencializando e formando as pessoas para a importância desta;*
- ao trabalho, iniciativas e eventos realizados pelas Associações ligadas à área da Inclusão do Concelho do Vila Real;*
- entre outros, e como é óbvio ao trabalho realizado pelas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal de Vila Real que deram origem, nomeadamente:*
 - à requalificação de passeios, ruas, avenidas e praças, com várias características de acessibilidade;*
 - outros espaços, como parques infantis adaptados;*
- ao Cartão Municipal de Pessoa portadora de deficiência, que visa proporcionar benefícios a pessoas com deficiência residentes no Concelho de Vila Real. E muito bem, convém é alterar o nome do mesmo para Cartão Municipal de Pessoa com Deficiência, tal como é referido na convenção dos direitos destas Pessoas, visto não portarem nenhuma deficiência. O termo "Pessoas portadoras de deficiência" já caiu em desuso há muito tempo. Tanto o verbo "portar" como o substantivo ou o adjetivo "portador" não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faça parte da pessoa.*
- ao reforço da marcação dos lugares de estacionamento reservados a pessoas com mobilidade reduzida;*
- ao formalizar de vários contratos emprego-inserção para Pessoas com deficiência, dando um bom exemplo a nível das políticas de responsabilidade social;*
- à organização e realização de atividades e eventos sobre esta área temática;*

- ao apoio fornecido pelas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal de Vila Real às Associações ligadas à área da Deficiência;

- à proximidade e facilidade de comunicar existentes entre os cidadãos Vila-realenses e o Executivo Camarário, sendo este último por vezes a solicitar sugestões e a ter a humildade de perguntar a quem é mais entendido e passa por esta realidade.

No entanto, apesar do caminho ser o certo, há muito ainda para caminhar e tanto para fazer na área da inclusão; diria que quase tudo. Poderia estar aqui o dia todo apenas a listar necessidades básicas para a Cidade de Vila Real a este nível.

Têm sido implementadas algumas medidas, propostas e projetos que incluem os princípios e características da inclusão e acessibilidade, mas de forma avulsa apenas.

Não querendo retirar a importância e o impacto que têm, sendo as mesmas de louvar, porque não um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Acessibilidade e Inclusão a nível Municipal - e o qual se coloque mesmo em prática - visto ser essencial estarem formulados à partida os objetivos gerais e específicos, assim como a forma de os alcançar, tendo em conta as condições da Cidade e de certos espaços e serviços em particular. Plano este que deve conter uma Comissão de Acompanhamento para o Desenvolvimento da Inclusão, tendo como membros o Município de Vila Real, as Juntas de Freguesia, os estabelecimentos de Ensino - incluindo a UTAD - e as Associações e Sociedades Científicas ligadas à Inclusão e à Deficiência do Concelho de Vila Real; para que em conjunto exista um trabalho ainda mais colaborativo, e sobretudo planeado e eficaz - em prol da Inclusão e uma melhor qualidade de vida das Pessoas com Deficiência da Cidade de Vila Real e dos que nos visitam; no fundo, por todos nós - visto ninguém saber como será o dia de amanhã para cada um dos aqui estão presentes e dos que nós mais gostamos.

Esta liberdade, felizmente, ainda a tenho, por isso Caro Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Eng.º Rui Santos vou-lhe dar trabalho, e na sua pessoa deixo este repto a todo o Executivo Camarário para formalizar a aposta que têm tido nas temáticas da inclusão com a criação de este Plano Estratégico de Desenvolvimento da Acessibilidade e Inclusão que referi. Mas caro Presidente, eu não me fico pela retórica e deixo aqui alguns pontos do que deve constar neste Plano Estratégico:

No fim eu deixo-lhe esta folha consigo, não precisa de tirar notas.

No fundo, o que queremos todos é um plano estratégico que abranja:

- medidas e iniciativas que incentivem os responsáveis por diversas entidades para criarem condições inclusivas, nomeadamente nas suas instalações e serviços;

- o desenvolvimento de programas de promoção de atividades inclusivas para a comunidade Vila-realense, de acordo com a procura e necessidades existentes - e em articulação barra colaboração com as Associações;

- um maior apoio, a vários níveis, às Associações e Sociedades Científicas na área da deficiência, que têm desenvolvido um trabalho extraordinário;

- as diferentes temáticas da acessibilidade e inclusão, como: a acessibilidade arquitetónica - tanto no espaço público como no meio edificado - quase sempre vista como prioridade, mas também outras áreas que têm sido bastante descuidadas, tais como: a acessibilidade web,



espaços digitais e de internet, a informação e comunicação em formatos acessíveis e alternativos, os transportes, os serviços e a formação. Tendo em conta as características e o potencial cultural, patrimonial e paisagístico de Vila Real, o Turismo Acessível deve ser também uma forte aposta desse programa estratégico. Só contemplando a maioria ou todas estas áreas, no desenvolvimento da inclusão, se poderá ambicionar ter uma Cidade de Vila Real verdadeiramente inclusiva, e livre para todos.

Uma Cidade que possa ser considerada a casa de Todos nós, onde as Pessoas sejam valorizadas, e consigamos realizar todas as tarefas de forma segura, confortável e equitativa. E peço especial atenção porque a palavra equitativa é fundamental no meio de toda esta temática. Não é equitativo as pessoas colocarem os seus carros nos lugares de estacionamento reservados para pessoas com mobilidade reduzida, não é equitativo obrigarem-me a usar a estrada porque no passeio tem um carro lá parado, não é equitativo eu ter de usar a estrada porque no meio do passeio tem uma árvore ou porque o passeio está num tal estado de degradação devido às raízes das árvores que não me permite passar com a cadeira.

Mas fundamentalmente não é justo as pessoas privilegiarem o carro, a árvore ou o seu conforto barra comodismo em detrimento de Pessoas, sim porque apesar da deficiência continuamos a ser Pessoas dignas dos mesmos direitos de todos.

No meio de tudo isto, é de louvar o esforço que este Executivo tem feito para solucionar estes problemas.

Mais uma vez não seria equitativo, não seria justo, não seria humano se este executivo, na oportunidade de fazer de novo, na oportunidade de reestruturar, cometesse os mesmos erros que foram cometidos no passado.

Todos percebemos a dificuldade, todos reconhecemos Vila Real como sendo uma cidade que possui um relevo acentuado, o que dificulta a implementação da acessibilidade, mas esse não pode ser motivo nem desculpa para que esta área não esteja a ser mais desenvolvida. O Município de Vila Real tem a incumbência de fazer mais, até para cumprir a legislação, alguma dela com mais de uma década de existência... Para tal, não se pode ter receio de tomar medidas que valorizem as Pessoas e tenham em conta os direitos dos peões - independentemente das suas características.

As pessoas com deficiência, idosos, crianças, pais com carrinhos de bebé, ciclistas, Todas as pessoas na verdade, mais tarde ou mais cedo, enaltecerão quem tenha a coragem de colocar em prática medidas com tais princípios. O que estou a referir parece banal, fácil de entender, mas nota-se que algumas pessoas estão de tal forma formatadas que têm dificuldade de perceber que é necessário deixarmos de pensar primeiro no carro e nas árvores, e só depois no peão - nas Pessoas que vivem e querem usufruir de uma cidade inclusiva.

Finalizando...

Rejubilo novamente a Assembleia Municipal, na pessoa do Dr. João Gaspar, pela presença dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa - permitindo assim que esta Assembleia Municipal, nomeadamente a informação dos vários intervenientes na mesma, chegue ao

maior número de pessoas possível. Assim como pelos cravos de diversas cores expostos, que em conjunto com as obras de arte elaboradas pelos clientes das várias Associações ligadas à Inclusão na Deficiência do Concelho de Vila Real, embelezam e dão cor a esta sessão solene, e que simbolizam não só as comemorações do dia 25 de abril mas também a inclusão e a diversidade.

Que esta diferença de cores nos cravos, que tão bem simboliza a inclusão e a diversidade das pessoas com deficiência neste dia, inspire e una as diversas cores partidárias sempre que seja necessário analisar reptos ou propostas que surjam sobre a inclusão.

Isto, hoje ou qualquer dia, SEMPRE.

Que hoje assistamos aqui a uma tomada de consciência dos benefícios da inclusão e acessibilidade no desenvolvimento e crescimento da sociedade; e que possamos sair daqui Todos cientes de que a inclusão é a liberdade da exclusão, que por tantos anos se tem manifestado.

Todos nós temos e devemos fazer muito mais pelo desenvolvimento e promoção da inclusão na Cidade; que haja o envolvimento de todos presentes nesta tão importante tarefa.

Adaptando parte da letra de um conhecido cantor Português: só há liberdade a sério quando houver para Todos a liberdade de mudar e decidir sobre as suas vidas.

Viva Vila Real, viva o 25 de abril, viva a liberdade e viva a inclusão.

Muito obrigado”.

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Márcio, pelas tuas palavras, pela tua referência que nos obrigará a momentos de reflexão. Muito obrigado também às Senhoras, que nos deram a oportunidade de termos a língua gestual, pelo vosso contributo. -----

---- Prosseguindo agora a nossa Assembleia Municipal com o tema da Inclusão e da Deficiência, eu iria então chamar à tribuna os representantes dos diversos Grupos Parlamentares presentes na Assembleia. -----

---- Começaria pelo representante do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social – Partido Popular – Deputado Municipal, **Patrique José Luís Alves**. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse:
«Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em si permita-me que cumprimente toda a Mesa, permita-me ainda que o felicite pela escolha do tema e pelos digníssimos convidados, exemplo do Engenheiro Márcio que há pouco nos brindou com as suas palavras e que nos mostrou que o “Sonho comanda a Vida”, a determinação e o trabalho são capazes de vencer todas barreiras e de materializar todos os sonhos que o homem e a mulher tem para as suas vidas.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara da Câmara permita-me que em si cumprimente as Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Digníssimos convidados



Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Democracia e a Liberdade devem ser direitos inalienáveis de qualquer sociedade.

É nestes princípios que devemos assentar a construção dia após dia no nosso país, permitindo às pessoas que possam ambicionar um futuro melhor nesta nossa pátria que deu novos mundos ao mundo.

Nenhum país pode desejar um futuro melhor sem ambição e sem objetivos bem definidos, mas tal, só pode ser alcançado com trabalho árduo no presente e com um profundo conhecimento e reconhecimento do nosso passado.

Falar do passado, falar da história significa obrigatoriamente que nos lembremos dos homens e das mulheres que com a sua coragem, espírito de sacrifício e com a sua fé ousaram conquistar o mundo. Levando bem longe a nossa cultura, a nossa língua, língua essa que hoje é o nosso maior ativo num mundo cada vez mais globalizado.

Falemos daqueles que serviram a Pátria, sempre que esta os chamou para o campo de batalha, poderia dar vários exemplos: Primeira Guerra Mundial, Guerra Colonial, a quem Portugal pediu tudo, às vezes até a própria vida e a quem pouco ou nada deu.

Falemos daqueles como Jaime Neves a vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco ousaram romper com o caminho estava a ser trilhado por alguns que, se queriam apoderar da Liberdade recentemente conquistada, tendo como destino o abismo da instauração de um regime comunista.

Nenhum País se pode sentir verdadeiramente livre se não tiver Forças Armadas que sejam capazes de responder com eficácia aos novos desafios que nos vão sendo impostos dia a pós dia.

Em Portugal e em particular em Vila Real com o IR13 sabemos que podemos contar com as Forças Armadas nos novos desafios, entre os quais destaco: o combate aos fogos florestais, participação em missões de paz no estrangeiro ou o auxílio em situações de catástrofe como aquela que recentemente assolou um país irmão – Moçambique, por isso, o nosso muito obrigado pelo sentimento que nos dão de liberdade com a vossa pronta disponibilidade.

Falar de Liberdade implica falar também daquelas mulheres e homens que dia após dia se colocam na linha da frente na defesa de pessoas e bens, muitas vezes pagando com a sua integridade física e muitas vezes até com a própria vida o exercício da sua profissão.

Tantas vezes incompreendido, outras tantas vezes, injustamente julgados na praça pública até por alguns políticos.

No CDS não temos dúvidas relativamente ao lado que escolhemos, estamos ao lado das vítimas, estamos ao lado da lei e ao lado das forças de segurança PSD e GNR entre outros que, todos os dias dão o melhor de si apesar dos meios por vezes obsoletos e de um sentimento de injustiça pelas carreiras que teimosamente não são revistas.

O exercício da Liberdade é sem dúvida um dos mais desafiantes exercícios das nossas vidas mas para que, o possamos realizar com sucesso, temos que, adquirir competências que nos permitam afirmar a nossa liberdade para pensar e para contruir o nosso futuro.

Muitas dessas competências são aprendidas ou estimuladas no banco das escolas, como esta, escola que se quer aberta à sociedade, liberta de amarras ideológicas na história que,

ensina aos seus alunos e que estimule desde a tenra idade o seu espírito crítico, dando liberdade às crianças e aos jovens para aprenderem caminhos novos em busca de soluções para as complexas equações de uma sociedade em mudança contínua.

Mais do que celebrar a Democracia é fundamental que se fortaleçam dia após dia as suas bases para que possamos entregar às gerações vindouras um país melhor preparado, um país que caminhe à esquerda ou à direita em função da vontade do seu povo e não em função de uma constituição que, teimosamente nos diz que, devemos ser tendencialmente socialistas.

Ser democrata não é apontar um caminho único, é mostrar às pessoas que à vários caminhos e que devem ser as pessoas a escolher o delas.

Ser democrata é falar a verdade às pessoas não é fingir que a austeridade acabou mesmo que saibamos que temos uma carga fiscal sem paralelo.

Não é dizer que afinal havia outro caminho, o caminho do crescimento económico quando a prática nos mostra o crescimento anémico da economia.

Em dois mil e dezasseis o primeiro ano do Governo das esquerdas, o PIB percapita de Portugal era o décimo quarto entre os dezanove países da zona euro.

Em dois mil e dezassete descemos para décimo quinto.

Em dois mil e dezoito descemos para décimo sexto.

Atrás de nós só temos a Lituânia, a Grécia e a Letónia.

Mas sejamos justos com este Governo do PS, PCP, PEV e BE, indicadores há em que o nosso país está na liderança dos rankings, Portugal é na zona euro o país onde é necessário perder mais horas para cumprir as obrigações fiscais. Ou no caso da dívida onde Portugal registou a terceira maior dívida pública da União Europeia em dois mil e dezoito.

Será o nosso país verdadeiramente democrático quando vivemos um clima de guerra civil no setor da saúde, onde as cativações pioram dia após dia a qualidade do serviço prestado ou os profissionais se manifestam quase em contínuo, onde o inato da suspensão impera como no caso de possível limpeza se doente de listas de espera, situação que esperamos que não se confirme, pois a ser verdade, seria um duro golpe na credibilidade do estado ou por fim pela inexistência da prática da universalidade no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, onde se continua a investir a duas velocidades, entre o litoral e o interior.

Mas falemos de outro pilar de um país democrático, diria mais, de um pilar fundador, a educação, que vive uma constante convulsão, convulsão nos programas letivos, convulsão que há na insatisfação do pessoal docente e não docente diz respeito, com reflexos já bem conhecidos das sistemáticas greves que afetam alunos e família, especialmente em épocas de exames, greves que são consequência na falta de cumprimento das promessas feitas por este Governo das esquerdas unidas.

Muitos exemplos existem da forma como se empobrece a democracia e como se afastam as pessoas da política, poderíamos falar do investimento público rico em promessas por parte deste Governo e paupérrimo em termos de execução, poderíamos falar do plano nacional de investimentos que passou ao lado da nossa região, poderíamos falar do estado da justiça, um caos nos serviços prisionais, mas queremos terminar com algo que para nós é



fundamental para que possamos sobreviver enquanto estado. Falo-vos das questões demográficas, do envelhecimento da população, da baixíssima taxa de natalidade.

Gostaríamos, pois, por isso, lançar um repto ao Senhor Presidente da Câmara para que assuma Vila Real como um Concelho amigo das famílias, com uma fiscalidade mais amiga do Município, que promova uma economia mais pujante que funcione como catalisador de fixação de pessoas no Concelho e na Região, especialmente nos territórios mais rurais.

Com um Concelho que se deseja líder no diálogo intergeracional, um Concelho que seja mais inclusivo, que seja um estandarte em termos de acessibilidades.

A política só faz sentido se colocarmos todos os dias as pessoas no centro do nosso trabalho e se mostrarmos especialmente aos jovens que a Democracia e a Liberdade não têm cor, não têm data nem hora, são um contínuo de gestos e de ações que devem sempre promover o respeito pelo ambiente, pelas pessoas respeitando a Liberdade que cada um deve ter de pensar e desenhar um futuro melhor para si, contribuindo para o bem comum do no Concelho, da nossa Região e do nosso País.

Viva Vila Real!

E viva sempre a nossa querida e amada pátria!

Viva Portugal!”

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Chamo à tribuna a Senhora Representante do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Deputada Municipal, **Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues**. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL FÁTIMA DURO RODRIGUES (PSD):** - No uso da palavra, disse:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em si cumprimento a Mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores

Exmas. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares

Exmos. Elementos das Corporações de Bombeiros

Senhoras e Senhores da Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A todos apresento os meus sinceros cumprimentos.

Em primeiro lugar permitam-me que manifeste a honra e o orgulho em participar na Sessão Solene Comemorativa do 45º aniversário do 25 de Abril de 1974, com o tema “Inclusão” .

A 25 de Abril de 1974, era uma criança de 8 anos. Senti a revolução de Abril com a maturidade que a idade me permitia. Ficaram vagas lembranças desse acontecimento e a perceção de que algo de extraordinário tinha acontecido!

Não obstante este facto, vivo o 25 de Abril com todo o respeito que ele me merece e saúdo, veementemente, todos aqueles que lutaram por um estado de direito democrático e concorreram, na sua plenitude, para a felicidade de todos nós.

Citando Francisco Sá Carneiro, num Comício datado de 1975:

“O 25 de Abril foi, para todos nós, o fim da ditadura. Os heróicos militares que prepararam e executaram a revolta realizaram um acto de libertação de si mesmos, mas consigo mesmos quiseram libertar Portugal inteiro.”

O 25 de Abril é, indiscutivelmente e por isso mesmo, um marco histórico! Deste, emergiu um mundo completamente novo devolvendo às pessoas a Esperança num futuro melhor!

O poema de Sophia de Mello Breyner Andresen, in 'O Nome das Coisas' evidencia, na minha opinião e de forma sublime, a importância da Revolução dos Cravos:

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

Com este virar de página, foi possível a elaboração de uma nova Constituição da República Portuguesa que plasmava os valores democráticos basilares: IGUALDADE, LIBERDADE e FRATERNIDADE.

Fazer com que os valores de Abril estejam presentes é pensar /apostar nas pessoas, na igualdade de oportunidades, na escola e saúde para todos, na promoção de uma cidadania ativa, no valor do trabalho, entre muitas outras.

Foi lançado o desafio para que, nesta sessão comemorativa, refletíssemos sobre a temática, Inclusão. Tema tão pertinente e actual e que a todos nós diz respeito!

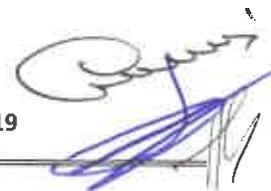
Tendo presente os principais sinónimos de inclusão, esta poderá definir-se como o conjunto de ações que garanta a participação de todos na sociedade (Inclusão social); consiste na ideia de que todos os cidadãos devem ter o direito a ter acesso à educação (Inclusão escolar ou Escola inclusiva) e na igualdade de oportunidades no acesso às tecnologias de informação (Inclusão digital), independente da classe social, das condições físicas e psicológicas, do género, da religião, da etnia, da orientação sexual, entre outras.

A palavra “inclusão” surge assim da necessidade de mostrar que existe uma simbiose perfeita entre o individuo e qualquer sociedade e /ou comunidade.

A minha intervenção centra-se na inclusão escolar ou escola inclusiva, por motivos justificadamente válidos: sou, orgulhosamente, professora; esta sessão solene comemorativa do 25 de Abril realiza-se numa escola e por último, mas não menos importante, prestar uma humilde e singela homenagem à escola em geral e às escolas do concelho em particular e aos seus profissionais. Todos os dias e de uma forma tão nobre e profissional, trabalham no sentido de assegurar/garantir o bem-estar físico, psicológico e emocional das crianças e jovens e a que a inclusão seja uma realidade e um sucesso.

Para podermos falar de inclusão será necessário perceber o caminho percorrido – da exclusão à segregação; desta à integração e finalmente à inclusão. Este caminho, longo e complexo, está inevitavelmente relacionado com as características económicas, sociais e culturais de cada época e foram determinantes para o modo como se perspectivava a diferença.

A história da humanidade mostra-nos que sempre houve dificuldade em lidar com a diferença. Para os egípcios, a deficiência divinizava-se; para os gregos e romanos a deficiência era



considerada prenúncio de males futuros. Esparta tinha por hábito o uso do “infanticídio” como medida preventiva.

Na Idade Média, com o domínio do pensamento católico, a sociedade considerava que a deficiência era consequência da intervenção de forças demoníacas. Eram perseguidos, acusados de bruxaria, julgados, torturados e mortos.

É nos tempos medievais que, por questões de segurança e por piedade de nobres e ordens religiosas, surgem os primeiros hospícios e albergues. A reclusão dos dominados deficientes era feita em condições de profunda degradação, abandono e miséria. Esta situação perdurou ao longo dos tempos.

Já nos séculos XVII e XVIII, eram completamente excluídas da sociedade, vivendo num mundo à parte, completamente ignoradas e sujeitas a um tratamento de mera sobrevivência.

Em Portugal, foi criado, em 1822, o Instituto de Surdos, Mudos e Cegos, a que se seguiram dois asilos para cegos, dois institutos para cegos e dois institutos para surdos.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX a institucionalização especializada de indivíduos com deficiências começa a ser uma realidade cada vez mais comum, mais numa perspectiva da assistência do que educativa.

No início do século XX criam-se escolas especiais com especificidades diferentes de acordo com as problemáticas: cegueira, surdez, deficiência mental, paralisia cerebral, espinhas bifidas, entre outras. A segregação é evidente.

A partir da segunda metade do século XX, vários foram os factores que contribuíram para questionar a institucionalização das pessoas portadoras de algum tipo de incapacidade. Destaco, a constituição de várias associações: de pais, de deficientes e de voluntários, que reivindicaram, nomeadamente em nome da Declaração dos Direitos do Homem e dos Direitos da Criança, lugar na sociedade para os deficientes. A tomada de consciência, por parte da sociedade, quer da duvidosa qualidade de atendimento e acompanhamento quer da desumanização evidenciada nas instituições, deu início a um novo paradigma do ponto de vista educativo e social, a integração das crianças e dos jovens com deficiência e o direito à educação, à igualdade de oportunidades e ao de participar na sociedade.

No ano de 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pelas Nações Unidas. Foi reconhecido o direito à igualdade de oportunidades, o direito à integração e o direito à “normalização” das crianças e dos jovens portadores de deficiência, isto é, a sua plena participação numa sociedade para todos, o que correspondeu à intervenção centrada na escola. Privilegiou-se o papel do professor do ensino regular e o professor de educação especial passou a ser considerado como mais um recurso da escola. O encaminhamento do aluno para uma instituição de educação especial só seria possível depois de esgotadas todas as opções. A escola do ensino regular deveria repensar-se na perspectiva de dar resposta às necessidades individuais e educativas de cada aluno.

A entrada de Portugal na actual União Europeia, em 1986, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, a regionalização dos serviços do Ministério da Educação e a Reforma do Sistema Educativo, foram particularmente importantes para a educação especial. Em 1988, criam-se as Equipas de Educação Especial.

Outro marco importante para a integração destes alunos acontece em 1990 com a publicação de novo diploma legal, que estabelece: a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade e o reforço do apoio social aos alunos e respetivas famílias. Por influência da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, passa a estar regulamentada a integração das crianças com deficiência no ensino regular.

O marco histórico da escola inclusiva acontece em junho de 1994, com a Declaração de Salamanca, realizada pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais e assinada por 92 países. Desta declaração, permitam que destaque dois pontos essenciais:

1º “No contexto atual de Necessidades Educativas Especiais devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas; étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Sendo assim a expressão Necessidades Educativas Especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm Necessidades Educativas Especiais em algum momento da sua vida escolar”.

2º “As escolas regulares são consideradas como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; para além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo”.

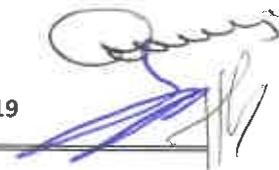
A construção de uma Escola Inclusiva constitui, a partir desse momento, mais um grande desafio para os sistemas educativos.

Em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º. 3/2008, surge uma nova visão de avaliação/intervenção nas Necessidades Educativas Especiais. Várias foram as vozes discordantes deste modelo pelos pressupostos em que assenta – A Escola mais integradora e menos inclusiva.

Na resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, que aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007, lê-se, no seu vigésimo quarto artigo, “ os Estados devem assegurar um sistema educativo inclusivo a todos os níveis, garantindo que pessoas com deficiências não são excluídas do sistema geral de educação, devido à sua deficiência.” Esta resolução foi ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, de 30 de julho e reafirmada na «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015.

Com os contributos e princípios orientadores do Programa de Autonomia e Flexibilidade Curricular, Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, Plano Nacional de Promoção e Sucesso Educativo, entre outros, é publicado, em 2018, o DLn.54/2018, de 6 de Julho. Este assume-se como um garante da observância dos compromissos anteriormente assumidos e visa ainda dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU. Importa salientar:

- É abolido o termo “Necessidades Educativas Especiais”;



- *Consagra uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno, garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória;*
- *Introduzem-se alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se devem organizar, convocando todos para que, colaborativa e cooperativamente, encararem a diversidade como uma oportunidade de construção compreensiva e integral de cada um dos seus alunos;*
- *Torna-se imperativo que se estabeleçam parcerias e protocolos com organismos e instituições, nas mais variadas áreas de serviço e intervenção, como forma de dar respostas educativas adequadas.*

Novo paradigma!

Novos desafios são lançados às escolas e, mais uma vez, a repensar o seu modo de atuação. Do exposto, pode-se constatar:

- *a inclusão é um dos objetivos centrais da política social dos Estados Europeus, da Comissão Europeia e consequentemente de Portugal;*
- *a partir da década de 90, verificaram-se avanços e recuos numa tentativa de garantir igualdades de oportunidade no acesso e sucesso educativo a crianças e jovens, criando para tal, suporte legislativo e normativo que pudesse assegurar uma educação diferenciada e diversificada;*
- *as políticas desenvolvidas em Portugal levaram à inclusão da quase totalidade das crianças e jovens com deficiência e incapacidade nas escolas do ensino regular;*
- *As escolas têm atuado no sentido de zelar pelos direitos e salvaguarda daquele que é, efetivamente, o “superior interesse da criança”.*

Não obstante os progressos verificados na educação inclusiva, permitam-me que partilhe algumas questões que nos devem merecer a maior atenção:

- *A permanente mudança de políticas educativas e a publicação tardia dos normativos legais permite às escolas e aos seus profissionais uma reflexão partilhada e uma adequada apropriação dos mesmos? Não se contará sempre com a “boa vontade” destes profissionais na convicção de que “nunca falham” e dizem sempre “presente”?*
- *A formação de professores e de outros profissionais envolvidos não deverá ser considerada uma prioridade?*
- *Estarão acautelados todos os recursos físicos, materiais e humanos para uma operacionalização cabal do decreto - lei n.º45/2018, de 6 de julho?*
- *Em todas as escolas do país foi acautelado o acesso a todos os espaços começando pela eliminação de barreiras?*
- *Que respostas sociais existem para estas crianças e jovens nas pausas letivas e nas férias? Não será um retrocesso do excelente trabalho que se faz nas escolas?*
- *Foram atenuadas as assimetrias geográficas na distribuição de recursos?*
- *Continuará, por exemplo, um aluno cego ou de baixa acuidade visual ter que se deslocar, todos os dias, dezenas de quilómetros da sua residência para frequentar uma escola de referência para alunos com essa problemática?*

- Durante o cumprimento da escolaridade obrigatória estes jovens estão integrados no Ministério da Educação. Após essa idade, o que é que o futuro lhes reserva? Que soluções? Não será da responsabilidade dos nossos governantes acautelarem o seu futuro? Enquanto cidadãos vamos continuar a mostrar alguma indiferença face à diferença?

Fica o desafio:

Uma educação de qualidade e eficiente para Todos é, acima de tudo, um assunto de Direitos Humanos e Justiça Social. Assumamos o compromisso social e político de continuar a lutar por uma efetiva Inclusão pois só assim estaremos a honrar Abril e a manter vivo o seu espírito livre e democrático.

Disse!”

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Agradeceu e disse: De seguida convidava o Representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Deputado Municipal, **Jorge Luís Jorge Maio**. -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPEÃ E DEPUTADO MUNICIPAL JORGE MAIO (PS):** - No uso da palavra, disse:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real, Doutor João Gaspar e na sua pessoa cumprimento a restante Mesa

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real

Exmas Senhoras Vereadoras e Exmos Senhores Vereadores

Exma(o)s Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia

Exma(o)s Membros da Assembleia Municipal

Exmos Senhores Representantes dos partidos políticos

Exmo Senhor Diretor da Escola Profissional da Nervir

Exmos Senhores Representantes das Instituições Cívicas e Militares

Exmos Senhores Presidentes da Direção da Associação Humanitária da Cruz Branca e da Cruz Verde de Vila Real

Exmos Senhores e Senhoras representantes dos movimentos associativismo, cumprimentar também o Engenheiro Márcio e dar-lhe os parabéns

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de mais cumprimentar o Senhor Doutor João Gaspar e pelo convite feito para estar aqui hoje presente neste dia tão especial do vinte e cinco de abril. E também dar-lhe os parabéns pelo tema escolhido, “a inclusão e a pessoa portador de deficiência”.

Vinte e cinco de abril, uma data com um simbolismo muito importante na vida quotidiana do povo Português. Uma data que representa a Liberdade, uma data em que comemoramos a vida.

Comemorar Abril é reviver a alegria do reencontro de Portugal com a Liberdade, António de Almeida Santos.



Vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, nessa madrugada militares organizados saíram para a rua e estrategicamente conquistaram os valores à muito desejada. Aos capitães de Abril, obrigado pela oportunidade que nos deram em escolher o nosso caminho, construindo um futuro coletivo onde se respeita cada um, cada opinião, cada ideia. Onde cada gesto aprendemos mais do que aquilo que nos separa é o que nos une e percebemos o verdadeiro sentido da palavra Liberdade. Onde cada um de nós pode ajudar na construção de um mundo melhor.

As revoluções são começadas por homens e fazem as circunstâncias e terminadas por homens que fazem os acontecimentos, Vitor Hugo.

Nasci depois do vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, não conheci essa realidade tão diferente da que vivi e vivo cada dia. Aprendi sim a dar valor à vida que tenho e aos comportamentos de uma sociedade democrática, livre e forte.

Passaram quarenta e cinco anos onde aprendemos a ser verdadeiros e dignos de uma responsabilidade perante cada um de nós e perante todos.

A Democracia trouxe a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão, a liberdade de compreensão. Mas nem sempre conseguimos levar este significado de Abril à vante, tivemos altos e baixos, mas em cada momento tivemos a oportunidade de dar mais por nós e por todos.

Este ano o tema escolhido pela Assembleia Municipal “pessoa portadora de deficiência e inclusão”, uma problemática sempre atual e com muita discussão no pós vinte e cinco de abril.

Eu próprio tive a infelicidade de sofrer um acidente com apenas catorze anos e daí resultar uma incapacidade definitiva pela amputação do membro inferior esquerdo pelo terço médio da coxa. Foi extremamente difícil, diria, até revoltante esta situação.

Nessa fase da minha vida não esperaria esta reviravolta, era uma pessoa cheia de saúde, com gosto enorme pelo desporto e pela vida.

De um momento para o outro vi-me privado de tantas coisas que gostava, mas já passou. A vida continuou e nunca admitindo esta diferença, segui o meu caminho, quem sabe já traçado e aqui estou perante vós, cheio de força, coragem para ajudar a construir um país com os verdadeiros valores de Abril.

Estudei, brinquei, fiz muito desporto, namorei, casei, sou pai, trabalho todos os dias com a mesma garra e a mesma vontade. Quero fazer parte de uma sociedade solidária, forte e democrática. E sei que esta democracia muito tem feito por esta temática, desde a elaboração da Constituição da República introduziu e defendeu estas pessoas para que tivessem as mesmas oportunidades e direitos das suas diferenças.

No artigo setenta e um, cidadãos portadores de deficiência, o que, compreende um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, trazendo um conceito de deficiência delimitando o que considera a deficiência.

Não havia e não há um princípio para todos os casos, há interpretação ampliativa, garantindo a proteção do indivíduo em cada caso concreto. Assim, temos vindo adaptar a nossa lei à realidade, dando a cada um as mesmas oportunidades.

Temos atualmente um Governo eleito democraticamente e sensibilizado para esta temática e, assim, o demonstra quando dá oportunidade a uma pessoa com um tipo de deficiência, defender, executar a lei dentro desta área tão sensível e importante.

Estou certo que tudo fará para melhorar as situações menos coerentes dignas de uma sociedade igualitária.

Não resolveremos, há e haverá sempre novas situações que teremos que melhorar e adaptar a cada realidade.

Eu e muitos de vós eleitos locais teremos o dever de demonstrar o empenho e a dedicação para com estas pessoas tão iguais a tantas outras. Temos que respeitar, criar e pôr em prática tudo o que estiver ao nosso alcance para minorizar esta diferença.

Nas nossas localidades, na nossa cidade iremos ultrapassar barreiras arquitetónicas, iremos possibilitar os mesmos direitos e oportunidades a todos os níveis.

Muito tem sido feito ao longo dos últimos anos mas muito mais poderemos fazer.

Avançar mais será sempre um bom lema e com o tempo seremos capazes de ver esta problemática ultrapassada.

Já Nelson Mandela dizia “o mundo está cheio de gente com qualidade naturais e de liderança”.

Os líderes tradicionais que conduziram a luta pela independência do século dezassete eram homens assim, mas os tempos mudaram e a educação tornou-se uma arma muito poderosa no combate para produzir pessoas evoluídas.

Na atualidade política a geringonça que governa o nosso país demonstrou que é possível governar com várias diferenças políticas, tendo por meta um bom resultado comum. Assim, cada um de nós deverá encarnar este exemplo e se cada um fizer mais, se for mais tolerante, mais proactivo, certamente alcançaremos mais prosperidade, mais igualdade e mais liberdade.

Muitas lutas têm acontecido nos últimos meses, lutas por direitos comuns, mas nem sempre com verdadeiros significados, sim, apenas objetivos de momento e quem sabe para provocar alguma instabilidade política.

O direito à greve também um bem adquirido após o vinte e cinco de abril mas em vários momentos, com um exagero, criando fragilidades não necessárias para a boa evolução da normalidade do país.

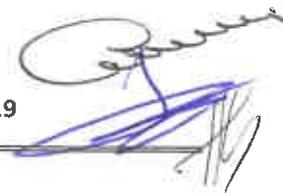
Temos que olhar em frente porque cada dia é uma novidade real que é preciso solucionar.

Não baixaremos os braços e faremos como quem lutou por estas novas gerações, retribuindo-lhe o orgulho de ser Português.

Neste dia tão importante deixo-vos aqui um desejo em forma de desafio, seres diferente és ser alguém, luta, sê forte, constrói a liberdade, o mundo será teu.

Viva o vinte e cinco de Abril!

Viva a Liberdade!



Viva Vila Real!
Viva Portugal!!

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhor Deputado Jorge Maio, pelo seu contributo e aceite também os nossos humildes parabéns por ter sido pai há menos de uma semana. Muito obrigado. -----
E, agora tenho o prazer de chamar à tribuna o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Engenheiro Rui Santos. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS):** - No uso da palavra, disse:
«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real e demais Membros da Mesa

Exmos. Senhores Presidentes da Assembleia Municipal, hoje aqui presentes

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Doutor Armando Moreira, uma vez presidente sempre presidente

Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores do nosso Município

Senhoras e Senhores Deputados Municipais e demais autarcas presentes

Exma. Senhora Administradora da UTAD

Exmo. Senhor Representante da Liga dos Combatentes

Exmo. Senhor Comandante do Regimento de Infantaria 13

Exmo. Senhor Comandante da PSD, da GNR

Exmos. Senhores Comandantes de Bombeiros da Cruz Branca e da Cruz Verde de Vila Real

Exmo. Senhor segundo CODIS

Exma. Senhora Diretora do Instituto de Emprego e Formação Profissional

Exmo. Senhor Diretor da Segurança Social

Exma. Senhora Presidente do CCD dos trabalhadores do Município de Vila Real

Exmo. Senhor Juiz Presidente da Comarca de Vila Real

Exmas. Senhoras Diretoras das Escolas e dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Vila Real

Exmo. Senhor Administrador das Águas do Norte, Caro Engenheiro Moras

Exmo. Senhor Presidente da Associação Promotora do Circuito Internacional de Vila Real

Demais Entidades Cívicas, Militares e Religiosas presentes

Permitam-me um cumprimento muito especial Márcio Martins, que espero que venha a ser o Provedor para a área da Deficiência no Concelho de Vila Real e que nos ajude quer a trilhar políticas e caminhos quer também a sensibilizar muitos e que hoje e em muitos locais, aqui e em outros locais se mostram muito sensibilizados para estas questões mas que, depois no dia-a-dia, entre uma árvore e uma pessoa, protestam a favor da árvore, entre um carro e uma pessoa, protestam a favor do carro e que, no civismo e no dia-a-dia não têm nenhum pudor em colocar um carro num passeio impossibilitando a passagem de alguém que necessita de passar, às vezes, em condições difíceis e que, mesmo num trilhar de políticas, em regra, dizem: tudo muito bem, é tudo isto muito importante, devemos fazer esta ou

aquela requalificação mas, como não é possível ter o melhor dos dois mundos, dizem: mas perde-se aqui um lugar de estacionamento e, portanto, somos contra. Ou não se encontra, chegam cá fora e a cada protesto dizem: tem toda a razão retiraram lugares de estacionamento numa cidade consolidada, retiram lugares de estacionamento a favor das pessoas mas também deviam ter resolvido e mantido esse lugar a favor dos carros.

E, portanto, espero com sinceridade que possamos em conjunto trilhar este caminho.

Um cumprimento também muito especial para a Direção da Associação Empresarial Nervir e para a sua Escola que este ano nos recebem no dia vinte e cinco de abril.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

É sempre um momento importante do nosso ano político esta exaltação de liberdade que comemoramos no dia vinte e cinco de abril. O momento em que devemos recordar que, se estamos aqui eleitos e cidadãos, se nos reunimos e discursamos livremente, se manifestamos a nossa opinião mesmo que seja para criticar a própria revolução, se assumimos abertamente o nosso posicionamento político e ideológico, tal se deve a um momento histórico.

Há quarenta e cinco anos exatos em que povo, os partidos e as forças armadas disseram basta, basta de guerra colonial, basta de ignorância e de iliteracia, basta de prisões políticas e ideológicas únicas, basta de polícias secretas e perseguições, basta de isolamento e solidão orgulhosa, basta de pobreza, falta de saúde e de liberdade, basta de poder autárquico quartado e ao serviço de alguns.

De vinte e quatro para vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, Portugal iniciou uma nova fase da sua história. A coragem dos capitães, adesão pacífica do povo e até porque não dizê-lo a podridão e a decadência do regime ditatorial, obtuso que governava Portugal desde mil novecentos e vinte e seis, trouxeram-nos a tão ansiada Democracia.

Como se faz sempre neste dia é importante também recordar que nem tudo foi perfeito, não foi perfeita a descolonização, não foi perfeito o PREC, não foi perfeita aplicação dos “D” de abril de que o abril nos deu, afinal de contas a revolução foi feita por mulheres, foi feita por homens que não são também eles perfeitos.

Mas quando comparamos o nosso país do pré vinte e cinco de abril com o Portugal moderno dos dias de hoje é impossível não concluir que a evolução foi e é radical.

Seja qual for o prisma pelo qual analisamos a nossa realidade atual desde a educação à saúde, vias de comunicação, apoio social, passando pelos direitos de género, da participação democrática ou desenvolvimento económico, tudo está hoje muito melhor do que há quarenta e cinco anos.

Mas sendo esta realidade será esta a perceção das populações?

Quarenta e cinco anos passados sobre o vinte e cinco de abril muito do modelo social e democrático de Portugal e talvez até do Mundo Ocidental começa a ser posto em causa. Fenómenos de populismo extremo, por vezes distantes de qualquer ideologia política, impossíveis de qualificar como de direita ou esquerda, longe do modelo clássico de organização, a que nos habituamos, nascem ou crescem a uma velocidade preocupante. ---

Olhemos para Trump nos Estados Unidos da América, para Bolsonaro no Brasil, para o partido Vox aqui ao lado em Espanha, para os Governos Xenófobos Húngaros ou Italiano dentro da União Europeia, para o ator de televisão que fazia de presidente da Ucrânia e que foi eleito Presidnete da Ucrânia, enfim, os exemplos multiplicam-se.

Também em Portugal ainda sem grande expressão partidos como chega ou iniciativa liberal começam a conquistar o seu espaço no panorama político, difundindo mensagem de ódio, xenofobia, isolacionismo, desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, sempre embrulhadas em stand bits apelativos e aparentemente inócuos.

Mensagens simples e eficazes nas mentes de quem está descrente e de quem não conheceu outra realidade que não a da Liberdade.

Nesta altura, alguns de nós, poderão questionar-se “foi para isto que se fez Abril?”, “será que a Liberdade que tão arduamente conquistada, será a sua própria carcereira e carrasca?” “Estaremos nós assistir a um retrocesso civilizacional e a um regresso ao conjunto do fenómeno que no primeiro terço do século vinte nos levou a uma guerra mundial?”

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na minha opinião a resposta a estas questões depende exclusivamente de nós, nós cidadãos mas talvez que ainda mais responsabilidades de nós, de alguma forma temos circunstancialmente responsabilidades políticas.

Sendo impossível fazer aqui uma análise profunda de tudo quanto contribuí para esta nova realidade, desde a rapidez, impunidade das redes sociais até à lógica comercial da comunicação social, há algo que me parece inegável.

Nós, membros dirigentes e simpatizantes dos partidos políticos do espectro democrático, não soubemos acarinhar a herança de Abril. E se a generalizações são injustas, porque o são, de facto, a generalização dos fenómenos que descrevi em todo o mundo ocidental, talvez comprovem parte desta teoria.

Tudo aquilo que vos disse até este momento não é original, outros o disseram antes de mim, e, talvez, muito melhor, aliás desde os primeiros dias de liberdade que alguns profetas da desgraça, na verdade, talvez não o fossem, alertavam para a necessidade de proteger os direitos e liberdades conquistadas.

Agora que, as consequências de algum laxismo começam a ser evidentes, talvez finalmente acordemos para a necessidade de preservar proactivamente a Liberdade e a Democracia.

Aos cidadãos exigem aos seus políticos participação ativa e democrática, exige-se atenção à realidade e sentido critico sobre as mensagens pseudopolíticas.

Aos eleitos exige-se verdade, transparência, correção.

Exige-se que sirvam e que não se sirvam.

Exige-se responsabilidade e acima de tudo atenção ao mais importante, que são sempre, sempre as pessoas.

Pela minha parte esse é o compromisso que reafirmo nestes quarenta e cinco anos do vinte e cinco de Abril de mil e novecentos e setenta e quatro. Um compromisso de esperança, se mais não for, gostaria de ser lembrado como alguém que não se resigna a supostas inevitabilidades e que cultiva a Democracia.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Assembleia Municipal de Vila Real decidiu dedicar esta Sessão Comemorativa do vinte e cinco de Abril ao signo da inclusão de pessoas com deficiência. Esta tem sido a marca do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do meu Amigo João Gaspar, que procura alargar o âmbito destas sessões e dar-lhe ainda uma maior profundidade, em boa hora o fez.

Falar de Liberdade ou de Liberdades leva-nos por vezes a olhar para os grandes cenários para esquecer grupos específicos ou situações específicos.

Como vos dizia há pouco os últimos quarenta e cinco anos foram férteis em desenvolvimento, como se pode verificar, por exemplo, ao nível dos aglomerados urbanos. As Vilas e Cidades cresceram, as infraestruturas desenvolveram-se, as preocupações de ordenamento evoluíram.

Há no entanto uma parte da população para quem a Liberdade ao nível da mobilidade está ainda longe de ser conquistada, refiro-me em particular, aos cidadãos e cidadãs com mobilidade reduzida.

Hoje temos connosco algumas pessoas que vivem esta dificuldade no dia-a-dia, deslocam-se em cadeira de rodas.

Agradeço a vossa presença e os contributos e sugestões que têm feito para melhorarmos a nossa Cidade.

Tentamos ir ao encontro de alguns problemas apontados, temos rampeado passadeiras, reduzido ou iluminado barreiras físicas em passeios, introduzir o conceito de vias partilhadas em que os passeios estão à mesma altura do resto das vias, enfim, temos tentado ajudar a conquistar uma Liberdade que ainda não é perfeita.

Mas para aqueles que consideram estas questões menores, que criticam quando elevamos uma passadeira diminuindo a velocidade dos automóveis e facilitando o atravessamento das cadeiras de roda, deixem-me-vos recordar o seguinte:

Todos nós estamos a envelhecer, nós individualmente mas também nós como sociedade, potencialmente, muitos de nós, no futuro, necessitaremos de auxílio para andar ou até de usar cadeiras de rodas.

Quem como eu está imbuído de responsabilidades de gerir um Concelho está obrigado a preparar o espaço urbano para esse futuro próximo.

Aqueles que criticam talvez percebam nessa altura a importância do que hoje fazemos.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que estamos a concretizar em Vila Real no valor de dezassete vírgula dois milhões de euros será fundamental para esse desiderato. Em algumas vias como a Rua D. Afonso III já é visível essa preocupação.

Ela será alargada nas intervenções nas envolventes da Estação ou do Mercado na colocação de meios mecânicos no Bairro dos Ferreiros ou na Avenida Carvalho Araújo. São também bem visíveis na Quinta das Hortas, na Quinta de S. Pedro ou na Zona de Monteselos.

Portanto, neste dia dedicado à Inclusão de pessoas com deficiência, quero reafirmar o nosso compromisso, em melhorar a mobilidade do nosso espaço público e em alargar a Liberdade de se mover a mais cidadãos e cidadãs.



Termino enaltecendo, uma vez mais, aqueles que fizeram vinte e cinco de Abril, aqueles que nos trouxeram até aos dias de hoje e aqueles que no futuro serão responsáveis por regar a árvore da Liberdade.

Alguns representantes desse futuro estão aqui, estão sentados naquelas escadas, estão aqui connosco integrando a Assembleia Municipal Jovem. A eles peço que escutem as minhas palavras, que não repitam os erros que nós, os mais velhos cometemos e que continuem a acreditar que vale a pena participar ativamente no processo Democrático.

Viva Abril

Viva o 25 de Abril

Abril Sempre.

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhor Presidente, pela sua missiva e pelas suas palavras. -----

----- **A SENHORA SEGUNDA SECRETÁRIA (FÁTIMA MOURIZ):** - Disse: Bom dia a todos e agora para fecharmos com selo de ouro, nada melhor que ouvirmos o nosso Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real. Deixo-vos com ele. Muito obrigada. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** No uso da palavra, disse: Muito Bom dia a todos,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e a toda a sua Vereação
Senhoras e Senhores Deputados desta Assembleia

E a todos aqueles que já foram inumerados no início deste evento.

Queria contudo dar um abraço especial e neles exponenciar esse sentimento para todas as pessoas com deficiência na pessoa do Márcio e também do Mário, muito obrigado pela vossa luta, pela vossa lição de vida e por enriquecerem de uma forma incomensurável esta Assembleia Municipal.

E permitam-me também em aparte, muito pessoal e também com muita afetividade e com grande prazer que vejo aqui um colega meu em representação da minha ordem dos Médicos, Fernando Salvador, muito obrigado.

Vinte e cinco de Abril,

Vinte e cinco de Abril data onde comemoramos a Liberdade, data que nos abriu com a s portas completamente escancaradas.

A Democracia mostrou-nos o que é a igualdade, mostrou-nos o que é a solidariedade.

Por isso, caras e caros amigos surge o tema deste ano da nossa Assembleia Municipal – “A Inclusão da Deficiência”.

E posso-vos também que com o acordo de todas as bancadas partidárias da nossa Assembleia Municipal, assim como, do Executivo em conversas preparatórias havidas já vão ser propostas à Assembleia Municipal a nomeação de Márcio Martins para provedor das pessoas com deficiência e serem assim portadores de todas as inquietudes, de todas as

vontades, para o seio da nossa autarquia, para assim poderem ser discutidas, buriladas e podermos tomar decisões cada vez melhores.

Também vamos apresentar uma proposta para que o nosso Concelho seja instituído o selo de acessibilidade para as pessoas com deficiência, para todas as instituições públicas, para todos os comércios, para todos os locais que sirvam de acolhimento para as pessoas com deficiência.

Este selo será por assim dizer como uma garantia para que estas pessoas possam ter condições para a acessibilidade e assim contribuirmos também de uma forma muito pragmática para uma sociedade mais justa, para uma sociedade mais igual e para uma sociedade sem quaisquer complexos.

Porque as estratégias para a formação da qualidade de vida, meus amigos, dividem-se em três aspetos principais, de ter um conforto de uma casa, ter a segurança de um emprego, ter uma escola, enfim, são os recursos básicos de uma sociedade, são os recursos básicos de um ser humano.

Também claro e complementando esta ideia tão pragmática é importante também amar, é muito importante ser correspondido nesse amar, ser amado, enfim o respeito pelo ser.

Sentindo-se como uma parte da nossa cultura e da nossa sociedade, tendo orgulho de gostar de si próprio, ter o orgulho de gostar do seu corpo, ter o sentimento de que é insubstituível, de que é único, em suma, para uma plena inclusão social é necessário ter em conta premissas importantes que são a satisfação de vários aspetos inerentes ao próprio indivíduo. Para que este se sinta incluído e satisfeito no meio, na sociedade onde vive e na sociedade que com ele partilha o seu dia-a-dia.

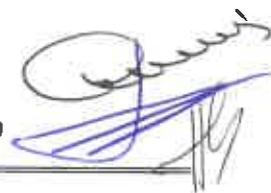
Contudo e assumamos isto, a inclusão social têm-se revelado um grande problema para a nossa sociedade.

Se por um lado aclama valores universais de direitos humanos, de igualdade de oportunidades, de direito de cidadania, por outro desenvolve-se sistemas de proteção social que permitam amparar, proteger, incluir os cidadãos na sociedade.

A proteção social das populações mais desfavorecidas está assente nos princípios que, fundamentam a lei de bases da segurança social e, reportemos ao ano de dois mil e dois, que no seu artigo décimo terceiro refere que, o princípio de inserção social que se caracteriza pela natureza viva, natureza ativa, natureza preventiva mas também na natureza personalizada das ações desenvolvidas, no âmbito de um sistema com vista a eliminar as causas de marginalização, de eliminar no fundo a exclusão social e promover. E é essa a nossa luta de todos a dignificação humana.

A inclusão social também é sem dúvida um grande desafio da nossa sociedade de uma forma geral, na esperança de um novo rumo que valorize uma sociedade que seja mais justa, uma sociedade que seja mais solidária, uma sociedade que garanta os direitos de todos dos que dela fazem parte e onde todos, principalmente possam viver, possam conviver, independentemente das suas características pessoais e individuais.

Neste aspeto convém lembrar, como dizia hoje alguém, um ícone deste país, a solidariedade, a liberdade são direitos que foram conquistados, mas são direitos que não podem ficar



estáticos, são direitos que temos que continuar a lutar por eles, temos que continuar a desenvolver e mais importante do que isso e, como já foi dito aqui, não é só falar neles, não é só enumera-los, nós temos que os demonstrar, nós temos que fazer para que a solidariedade, para que essa liberdade, para que essa igualdade sejam factos constantes e vivenciais, cotidianos e na nossa sociedade.

Por isso, e como aqui também já foi dito, o sistema educativo, tem um papel primordial na educação da sociedade e também na promoção da inclusão social.

E de acordo com isto, a inclusão escolar transporta importantes benefícios para o desenvolvimento a todos os cidadãos com deficiência, desde que, ao integrar o ensino regular sejam tidas em atenção as suas características e a melhor forma de incluir as crianças na escola, mas, principalmente, na sua preparação e na sua transição para o período pós escola, para a sua vida futura, em convívio independente com a nossa sociedade.

E para que este caminho, o caminho da inclusão escolar, não seja, contudo em vão e esta continue a ser uma sociedade efetivamente inclusiva, a educação tem um papel preponderante salientando que, uma das formas para que o processo da inclusão social de todos os alunos com deficiência no mercado de trabalho aconteça é através do meio da educação.

Daqui ressalva-se a importância das escolas porque o seu papel é do ensinar, é de formar mas também é de transformar as crianças para que futuro sejam adultos capazes de aceitar a diferença, de aceitar esta diferença com igualdade de direitos mas principalmente, meus amigos merecedores de todo o respeito.

Um princípio, aliás, uma regra de ouro nesta vivência é nunca esquecermos também de que a inclusão da deficiência é formada por aqueles que são incluídos, mas também pelos inclusores.

Por este motivo as escolas são um lugar privilegiado para a eliminação de alguns constrangimentos, de algumas barreiras que dificultam a inclusão social, quer no que diz ao respeito à inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, quer transmitindo às crianças mas também transmitindo aos adultos valores de respeito e valores de cidadania. As reformas educacionais e todas as interrogações sobre o papel dela, exige que se repense toda a prática pedagógica tendo como fundamentos a ética, a justiça e os direitos humanos, sendo este tripé o sustentáculo do diário educacional, mas que, nunca teve tanto peso e implicação como nos dias de hoje.

Em que se luta para se vencer a exclusão, em que se luta para se vencer a competição no pior sentido da palavra, em que se luta para combater o egocentrismo tão característico dos nossos dias, onde se luta tanto contra o individualismo que as pessoas de hoje em dia parecem que assumem como uma medalha, como uma virtude, enfim em busca de uma nova fase de humanização, de uma nova fase de socialização que sempre os pressupostos hegemónicos do liberalismo baseado na interatividade na superação das barreiras físicas e também psicológicas espaciais, temporais, culturais, acessíveis a todos.

E aqui eu abro um pequenino parágrafo só para pragmatizar com existência desta Escola Profissional do Nervir, que no fundo é um paradigma, um paradigma no bom sentido para

tudo o que foi dito até aqui, na importância escolar, na importância da preparação, na importância do acolhimento das pessoas com deficiência, nas pessoas de toda a espécie.

Muitos parabéns e muito obrigado à Escola Profissional do Nervir.

A humanidade e a realidade, isto está repleto de pessoas diferentes, mas por vezes, essas diferenças são tão acentuadas e evidentes que se manifestam como incapacidades a vários níveis na vida do ser humano.

Porém, a gravidade desta incapacidade não é só intrínseca, não é só inerente à própria pessoa, estas incapacidades, estas barreiras vêm também do exterior, vêm também da sociedade, vêm também do desenvolvimento de algumas políticas sociais.

Desta forma torna-se pertinente compreender a história da deficiência, a evolução das políticas sociais e também dos conceitos da deficiência no sentido de compreender como cidadãos com deficiência têm sido tratados e têm sido compreendidos ao longo dos tempos. E isto também já foi aqui explanado por um interlocutor anterior à minha pessoa, também de uma forma tão brilhante.

Mas eu também queria dizer que poderemos até compilar esta história em três fases primordiais: uma primeira fase em que se designavam as pessoas com deficiência como os escondidos, como os esquecidos e esta ideia foi mantida mais ou menos até ao século vinte, foi considerada uma visão segregadora, foi considerada onde as pessoas com deficiência eram mantidas longe da vista da sociedade, em geral, longe da vista das pessoas consideradas como normais.

A segunda fase designa-se do despeite e da segregação, caracterizada pela necessidade de classificar e principalmente até de diagnosticar vigorando a compreensão da deficiência e assumindo-a como doença.

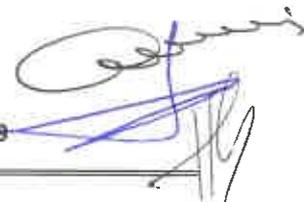
A terceira fase, finalmente, definiu-se como uma fase de identificação e ajuda e foi caracterizada pela integração das nossas crianças com deficiência nas escolas, juntamente com outras crianças assente no ponto de vista social de que todos os cidadãos têm os mesmos direitos.

E assim, a partir do século dezanove aparecem e proliferam as instituições com o intuito de atendimento a estas pessoas e, também assim, bem podemos perceber que o grau de desenvolvimento moral de uma sociedade, poderá ser medido, poderá ser ferido a partir do modo como se trata e respeita todas as pessoas que são diferentes.

Vamos contribuir para que este grau de desenvolvimento moral seja de noventa e nove por cento na nossa sociedade e não de cem por cento porque é uma dinâmica e teremos sempre que lutar e nunca ficar tranquilos com o resultado obtido.

Temos que lutar sempre por melhor e cada vez mais.

Segundo a ONU existem fatores específicos que afetam as condições de vida dos cidadãos com deficiência, entre as quais, imaginem, a ignorância, o abandono, a superstição e até o medo que estão entre os fatores que ao longo da história da deficiência isolaram as pessoas com este ande capo e retardaram o seu desenvolvimento e sabem porquê? Por que isto não nos toca a todos, felizmente.



A convenção das Nações Unidas reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e define a deficiência como resultante da integração entre as pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem, impedem a sua participação plena e ativa na sociedade e em condições de igualdade com outras pessoas.

Organização Mundial de Saúde define deficiência como problema nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como: o desvio importante ou uma perda.

As limitações de atividade são dificuldades que um indivíduo pode ter na execução das suas atividades, assim como restrições na participação são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da sua vida real.

Também a UNESCO reafirma o tratamento de igualdade nas pessoas com deficiência, na atuação da precocidade do ambiente escolar e sempre a importância da educação.

A Constituição Portuguesa afirma-o de uma forma devotada nos princípios gerais, o princípio da universalidade, assumindo como princípio de igualdade no seu artigo décimo segundo, no número um de que todos os cidadãos gozam de iguais direitos.

Como já foi dito, grande parte dos problemas na inclusão social, cidadãos com deficiência não se centram neles mas sim na sociedade que os envolve, centram em nós.

Desta forma meus queridos amigos e amigas, é crucial desenvolver uma intervenção que harmonize sociedade e os cidadãos que dela fazem parte, as coisas, as pessoas não valem por aquilo que parecem mas sim por aquilo que elas são.

Como tal, infelizmente, e deixai-me partilhar convosco este desabafo, esta mágoa, a nossa sociedade, sim a nossa sociedade, que somos nós, vive do expediente minhas queridas amigas e amigos, vive do politicamente e socialmente correto, valorizando os efeitos e desvalorizando a essência do que é importante.

Todos nós fazemos parte de uma autêntica “feira de vaidades”, uma feira onde prevalece o oportunismo, onde prevalece os interesses vários, utilizando as pessoas da forma que seja mais conveniente.

Não temos coragem de assumir qualquer contraditório, esperando que esta atitude nos traga os correspondentes valores que ansiamos.

Este país é de todos sem quaisquer diferenças, todos contribuímos de uma forma ou de outra para o seu desenvolvimento, assumimos de uma forma muito clara que já algo fizemos no combate a este problema. Mas também assumimos e também prometemos que este Município, que esta Assembleia Municipal irá também irá também de uma forma dinâmica continuar cada vez mais, cada vez com mais empenho também no desenvolvimento desta integração social.

Permitam-me, para terminar, que faça uma dedicatória a um amigo aqui presente.

Para ti e para nós todos, nunca alguém tão grande se fez pequeno para tornar grandes os pequenos.

Muito obrigado a todos pela vossa atenção.

Viva o 25 de Abril

Viva tudo o que 25 de Abril nos trouxe

Viva Portugal

Viva Vila Real.

Continuou, dizendo que: vai ser serviço um porto honra a todos vós.

Também estes jovens vão cantar o Hino de Portugal.

Dizer também que agradecemos o contributo da Senhora Arquiteta Graça Campolargo e também a todos os funcionários da Câmara Municipal de Vila Real, na pessoa da Dona Lurdes e Maria João, obrigado a todos e fiquem com a interpretação do Hino Nacional.

Antes de fechar os trabalhos quero convidar-vos para, no fim do Porto Honra, visitarmos a exposição do Regimento de Infantaria treze. Muito obrigado.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram doze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezanove. -----

-----A presente Ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de dois mil e catorze. -----

O PRESIDENTE:



O PRIMEIRO SECRETÁRIO:



A SEGUNDA SECRETÁRIA:

